



PESQUISA EM TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Liz Spinello Quaesner¹

Faculdade Camões e Universidade Federal do Paraná
liz.squaesner@gmail.com

Jonatas Dutra Sallaberry²

Faculdade UnYLeYa
prof.jonatassallaberry@unyleya.edu.br

Ademir Clemente³

Universidade Federal do Paraná

Mayla Cristina Costa⁴

Universidade Federal do Paraná

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Liz Spinello Quaesner, Jonatas Dutra Sallaberry, Ademir Clemente y Mayla Cristina Costa (2017): "Pesquisa em Teoria da Escolha Pública", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (julio 2017). En línea: <http://www.eumed.net/rev/caribe/2017/07/teoria-escolha-publica.html>

Resumo

O comportamento dos agentes políticos e as falhas de governo que afetam a vida das pessoas, justificam a realização de pesquisa sobre produção científica do tema *Public Choice Theory*. Esta pesquisa teve por objetivo identificar a produção científica no Brasil e no cenário internacional, que se fundamentaram na Teoria da Escolha Pública, no período de 2012 a 2016. A metodologia utilizada foi descritiva e quantitativa, com emprego de procedimentos de análise bibliométrica e bibliográfica. Os principais resultados obtidos apresentam evidências de que as pesquisas fundamentadas na Teoria da Escolha Pública são relevantes no âmbito internacional, com quantidades expressivas, mas ainda incipiente no cenário brasileiro. Os autores mais produtivos foram Geoffrey Brennan, James Buchanan, Paul Larkin e Pierre Lemieux. O detalhamento dos resultados também evidenciou que os periódicos de maior destaque ao tema são *Public Choice* e *Harvard Journal of Law & Public Policy*.

Palavras chave: Teoria da Escolha Pública – Bibliometria - Gestão Pública – Economia – Choice Public.

LA INVESTIGACION EN LA TEORIA DE LA ELECCIÓN PÚBLICA

Resumen

El comportamiento de los políticos y los fracasos del gobierno que afectan la vida de las personas, justifica la realización de investigaciones sobre la producción científica en la Teoría de la Elección Pública. Esta investigación tuvo como objetivo identificar la producción científica en Brasil e en el mundo, en el período de 2012 a 2016. La metodología utilizada fue de tipo descriptivo y cuantitativo, con el uso de procedimientos de análisis bibliométricos y bibliográficos. Los principales resultados muestran evidencia de que la investigación basada en la teoría de la elección pública son relevantes a nivel internacional, con cantidades significativas, pero aún incipiente en la escena brasileña. Los

¹ Professora da Faculdade Camões. Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná

² Professor da Faculdade UnYLeYa. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília

³ Professor Doutor da Universidade Federal do Paraná

⁴ Professora Doutora da Universidade Federal do Paraná

autores más productivos fueron Geoffrey Brennan, James Buchanan, Paul Larkin y Pierre Lemieux. El desglose de los resultados también mostraron que las revistas más destacadas están sujetos a la *Public Choice* e *Harvard Journal of Law & Public Policy*.

Palabras clave: Teoría de la Elección Pública - Bibliometría - Administración Pública - Economía - Public Choice.

RESEARCH IN PUBLIC CHOICE THEORY

Abstract

The behavior of the political agents and the failures of government that affect the life of the people, justify the realization of research on scientific production of the theme Public Choice Theory. This research aimed to identify scientific production in Brazil and in the international scenario, which were based on Public Choice Theory, from 2012 to 2016. The methodology used was descriptive and quantitative, using bibliometric and bibliographic analysis procedures. The main results obtained evidences that the research based on the Theory of Public Choice are relevant in the international scope, with significant amounts, but still incipient in the Brazilian scenario. The most productive authors were Geoffrey Brennan, James Buchanan, Paul Larkin and Pierre Lemieux. The detailed results also showed that the most prominent periodicals are Public Choice and Harvard Journal of Law & Public Policy.

Keywords: Public Choice Theory - Bibliometrics - Public Management - Economics - Choice Public.

1 INTRODUÇÃO

A gestão pública no Brasil enfrenta desafios constantes que ultrapassam os escândalos criminais e alcançam as mais peculiares escolhas quanto à alocação orçamentária ou edição legislativa. Os frutos destas escolhas são noticiados, diariamente, pelos meios de comunicação. Segundo pesquisa realizada, com trinta países, pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o Brasil ocupou em 2015 o 7º lugar no ranking dos países com maior carga tributária, além de constar como principal a oferecer menor retorno dos tributos aos cidadãos.

Estas informações se materializam, diariamente, nas inúmeras notícias veiculadas pelos meios de comunicação. Cidadãos, detentores de direitos, deveres e garantias fundamentais, expressas na Constituição Federal de 1988, padecem por falta de infraestrutura na saúde, carência de investimentos em educação e segurança pública acima dos níveis toleráveis. Como explicar estas questões em um contexto democrático que deveria zelar pela dignidade da pessoa humana de toda a população?

Para responder esse tipo de questionamento, o economista James Buchanan dedicou-se ao estudo do Estado e do processo político e foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia Política pela Teoria da Escolha Pública ou Public Choice. Buchanan explica que o romantismo das instituições políticas começa com o comportamento individualista dos indivíduos que participam de escolhas coletivas como eleitores, legisladores, burocratas e analisa os efeitos gerados pelo processo decisório. Esta teoria também pode explicar o fracasso governamental no Regime Democrático. Dessa forma, a escolha pública realizada pelo gestor público constitui objeto de estudo da Teoria em seus mais diversos aspectos (Buchanan, 1984, 1999a, 2000; Block, & DiLorenzo, 2011).

Seguindo ao programa de Buchanan, vários estudos internacionais e, de influência foram publicados. Dentre os quais destacam-se *Government failure: a primer in public choice* de Tullock, Brady & Seldon (2002) que contempla empirismo e *Public Choice – A Primer. London: The Institute of Economic Affairs* de Butler (2012). No Brasil, no entanto, a Teoria ainda foi pouco explorada. Estudo recente que realizou o levantamento de artigos publicados em periódicos nacionais, de Rovaris, Cavichioli e Dall Asta (2016), obteve como amostra somente 17 artigos, publicados durante o período de 1996 a 2015. Os autores utilizaram como base para coleta de dados trabalhos publicados no Scientific Periodicals Eletronic Library (SPELL); Portal de Periódicos da CAPES/MEC; anais do Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT); anais do Congresso USP de Contabilidade e Controladoria e Scientific Eletronic Library Online (SciELO).

Considerando a situação crítica em que se encontram os cenários políticos globais, e da relevância da *Public Choice* para explicar o comportamento dos agentes políticos e as falhas de governo implícitas no regime democrático, que afetam a vida das pessoas, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de maior exploração e estímulo no meio científico nacional que possam resultar em melhorias para a sociedade em geral. Nesse sentido, o presente estudo se diferencia pela concentração amostral em estudos de maior relevância científica como: dissertações, teses nacionais e artigos internacionais coletados na CAPES que totalizou, respectivamente, 17 e 636 trabalhos. Considera-se que a amplitude da amostra pode reduzir os riscos de erros e possibilitar uma visão mais ampla acerca do desenvolvimento da teoria no Brasil e no mundo, assim como gerar reflexões acerca de porque ainda foi tão pouco explorada nos trabalhos acadêmicos nacionais.

Esta pesquisa pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível quantitativo de relevância que a Teoria da Escolha Pública apresentou nos estudos científicos internacionais e brasileiros, produzidos durante o período de 2012 a 2016? Para tanto, tem por objetivo realizar um levantamento e identificar a produção científica, por meio de pesquisas no contexto internacional e nacional, que se fundamentaram na Teoria da Escolha Pública no período selecionado. Em relação à metodologia utilizada trata-se de pesquisa exploratória, descritiva, e quantitativa. Quanto aos procedimentos para coleta de dados é documental e foi realizada por meio de análise bibliométrica e bibliográfica. Há, ainda, necessidade de incentivar a utilização da teoria no meio acadêmico brasileiro e contribuir para reflexões que possam gerar novas premissas e hipóteses de pesquisas.

O estudo está dividido em cinco seções, iniciando pela introdução. A seção dois contém o quadro teórico que explicita os aspectos históricos, conceituais e fundamentos da Teoria da Escolha Pública. A terceira seção é composta pelos procedimentos metodológicos científicos utilizados. A quarta seção compreende os resultados obtidos e as análises. Por fim, as considerações finais e recomendações se encontram na quinta seção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse quadro teórico será analisada a história, os principais conceitos e fundamentos da Teoria da Escolha Pública. São evidenciados também as premissas necessárias para condução do estudo na área específica.

2.1 História da Teoria da Escolha Pública

A escolha pública tem suas origens no século XX nos clássicos Social Choice Theory e Impossibility Theorem” (1951), “Inside Bureaucracy” (1957), “The Theory of Political Coalitions (1962), “Calculus of Consent – Logical foundations of Constitutional Democracy”(1962), “The Logic of Collective Action” (1965), respectivamente, dos economistas Duncan Backer e Kenneth Arrow, Anthony Downs, William Riker, James Buchanan e Gordon Tullock e Mancur Olson (Buchanan, 1999a, 2003b; Borges, 2001; Shaw, 2002; Tullock, Seldon & Brady, 2002; Shaw, 2002; Frederickson, Smith, Larimer, & Licari, 2015).

No cerne de grande parte desses estudos estavam as motivações e as consequências econômicas da autoridade dos políticos, exercida por meio de leis, normas e tributos, sobre a vida de uma população (Buchanan, 1999a, 1999b, 2003b; Shaw, 2002). Tendo esta perspectiva, o Teorema da Impossibilidade de Arrow e Black sugeriu que este sistema é inerentemente instável (Buchanan, 1999b).

Além disto, a economia estava fundamentada no bem estar Keynesiano e, o socialismo era predominante entre os filósofos e cientistas sociais que, centrados nas falhas dos mercados e concorrência imperfeita, ofereciam soluções teóricas com correções politizadas. Contudo, essas soluções eram consideradas deficientes e contrárias à política idealista, afirma Buchanan (2003b).

Tendo este cenário, e também sendo influenciado pelo trabalho do economista Knut Wicksell (1896) *Studies in Theory of Public Financie*, James Buchanan aprofundou seus estudos, e aplicou a teoria econômica no setor público. Ele identificou “falhas de mercado” ou “fracassos políticos” no governo democrático, o que contrapôs a perspectiva esperançosa de Abraham Lincoln: “Governo do

povo, pelo povo, para o povo”, que nunca se realizou (Tullock, Brady & Seldon, 2002; Buchanan, 1962, 2003a, 2003b, Butler, 2012).

Nesta época, os trabalhos de Buchanan de maior relevância foram: *The Calculus of Consent* (em conjunto Gordon Tullock, em 1962); *The Limits of Liberty: between the Anarchy and Leviathan* (1975); e *The Economics and the Ethics in the Constitutional Order* (1991) que contribuíram para o recebimento do Prêmio Nobel da Academia de Estocolmo em Economia Política Constitucional, pela *Public Choice* em 1986 (Buchanan, 1974, 2003b; Montarroyos, 2010).

A *public choice* se desenvolveu e amadureceu ao longo de mais de cinquenta e cinco anos, e contemplam a aplicação de teorias e métodos de economia, como escola de pensamento no campo da ciência política. No geral, a teoria analisa o comportamento de todos os indivíduos envolvidos no processo decisório, eleitores, grupos de interesses, burocratas, gestores políticos e legisladores (Buchanan, 1984, 1999a, 2000; Muller, 1989; Frederickson, et. al, 2015). É, portanto, entendida como “[...] um programa de pesquisa e não como uma sub-disciplina da economia (Buchanan, 2003b, p. 45).

2.2 Estudo da Teoria da Escolha Pública

Foi definida como “política sem romance”, distanciando a concepção de que os agentes políticos buscam sempre promover o bem comum (Buchanan, 1999a). Nesse sentido, explicou que em regimes democráticos as decisões políticas são realizadas por indivíduos que tomam decisões coletivas de acordo com regras específicas, que permitem passar de múltiplas preferências individuais distintas para uma única escolha coletiva. Tais regras estão relacionadas ao indivíduo racionalista e sendo capaz de prever o impacto de suas escolhas, reduz os custos esperados tanto em casos que ele renuncie aos seus interesses pessoais, quanto tome decisões visando apenas à maximização da utilidade esperada. Neste caso, as políticas podem influenciar a natureza da organização, o processo decisório político e a alocação orçamentária (Buchanan, 1984, 2004; Pereira, 1997; Dias, 2013; Santiago, Borges & Borges, 2015).

Desse modo, “a democracia, interpretada como regra da maioria, não poderia trabalhar para promover qualquer interesse geral ou público” (Buchanan, 2003b, p. 01). Partindo desse pressuposto, “homo politicus e homo economicus” são os mesmos. E diferentes resultados surgem porque os eleitores interessados e os políticos fazem escolhas que não afetam principalmente a si mesmos, mas afetam principalmente outros (Tullock, Seldon & Brady, 2002, p.3). Para Tullock, (2002, p. 3) é “[...] a análise científica do comportamento governamental e, em particular, do comportamento dos indivíduos a respeito do governo.”

Os elementos da teoria estão fundamentados em três fatores: individualismo, subjetivismo e contratualismo. Respectivamente, referem-se ao individualismo metodológico. O indivíduo como única fonte de avaliação de determinada realidade, que em conjunto formam o aparelhamento institucional público e seu comportamento no processo decisório político, que supera os conceitos limitados da abordagem racional. A concepção do bem da coletividade por parte dos agentes políticos em conjunto é refutada pela teoria, haja vista que o processo decisório envolve utilitarismo, logo é subjetivo. O contratualismo tenta explicar a relação entre aparelhamento institucional e a sociedade (Correia, 1998; Shugart & Razzolini, 2001; Shaw, 2002; Costa, Freire, Gartner e Clemente, 2013).

Como exemplo, afirma Tullock, (2002, p. 7) “do ponto de vista de cada candidato, o importante é o que as pessoas querem, em função da sua percepção do valor do seu voto sobre o resultado, e o custo de tornar-se informado” (Tullock, Seldon, Brady, 2002, p.7). Nessa perspectiva, complementa a afirmação de Butler (2012, p. 16) “O interesse próprio dos partidos políticos reside na obtenção dos votos. Eles precisam ganhar poder e posição”.

De acordo com os pressupostos da Teoria da Escolha Pública, a tomada de decisões políticas ocorre segundo um conjunto de regras, sendo que a mais importante é que essas decisões são tomadas pelos representantes eleitos; e ainda que as motivações dos políticos (gestores públicos) resumem-se à premissa de que os mesmos tomam decisões que possibilitem a maximização da sua probabilidade de reeleição (Cruz, 2010).

Seguindo a perspectiva de Buchanan, vários estudos internacionais e, de influência foram publicados. Dentre os quais destacam-se: *Problems of majority voting (1959) de Tullock, Government failure: a primer in public choice* de Tullock, Brady & Seldon (2002) que contempla empirismo e *Decisions and Tests of Significance—A Comment (2012) de Tullock e Public Choice – A Primer. London: The Institute of Economic Affairs* de Butler (2012).

No Brasil, no entanto, a Teoria foi pouco explorada e em estudo que realizou o levantamento de artigos publicados em periódicos, “Teoria das Escolhas Públicas: uma análise bibliométrica” de Rovaris, Cavichioli e Dall Asta (2016), os autores encontraram apenas 17 artigos publicados, durante o período de 1996 a 2015.

Diante da relevância da temática que explica o comportamento adotado no processo decisório tomado pelos agentes políticos e suas consequências na sociedade, passaremos para metodologia, para conhecimento dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada no presente trabalho foi o estudo exploratório, pois foi desenvolvido com objetivo de proporcionar uma visão geral e aproximada de determinado assunto de forma metódica e organizada em fases utilizando-se de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos dos quais depende a investigação científica (Gil, 1999).

O estudo exploratório proporciona maiores informações sobre o assunto a ser investigado, facilita a delimitação do tema, orienta a fixação de objetivos e a delimitação das hipóteses, além de encontrar novos enfoques sobre o assunto podendo produzir resultados que sirvam de base para futuras investigações (Walliman, 2001), além de descrever os achados, o que caracteriza o trabalho como descritivo (Gil, 1999) quanto aos objetivos.

A bibliometria é empregada como método de coleta, organização e processamento dos dados, que segundo Macias-Chapula (1998) é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada, desenvolvendo padrões e modelos matemáticos para medir esses processos.

A busca exploratória por pesquisas internacionais foi operacionalizada por meio do Portal de Periódicos da CAPES, que apresenta 23.440 trabalhos publicados com o termo “public choice”.

Em virtude da quantidade significativa do universo de publicações, foram estipulados parâmetros de pesquisa e de delimitação da amostra para tornar a pesquisa exequível e priorizar os aspectos relevantes ao objetivo da presente análise.

Em 19/1/2017, inicialmente foi realizada consulta pelo termo expandido para “public choice theory” obtendo 2.968 resultados, que restrito a periódicos revisados por pares alcançou 2.655 trabalhos. O passo seguinte foi delimitar a amostra a um período de tempo específico e recente que pudesse demonstrar a importância da Teoria da Escolha Pública, sendo escolhido discricionariamente os últimos cinco anos, 2012 a 2016, e por fim, apenas artigos, para descartar as resenhas, revelando uma amostra de 636 trabalhos. Na base de amostragem realizou-se processos de identificação dos autores, periódicos e coleções, idiomas e ano das publicações.

No âmbito nacional, com intuito de identificar as pesquisas realizadas fundamentadas na teoria da escolha pública, as informações foram coletadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>), inicialmente pelo termo “teoria da escolha pública”, excluindo-se as pesquisas anteriores a 2012, para manter a paridade com o método de coleta das informações de pesquisas internacionais, no entanto a amostra resultante foi de apenas 1 tese e 8 dissertações.

Para evitar o tamanho limitado da amostra, a pesquisa foi ampliada em período, para a partir de 2007, e com o termo de busca “escolha pública” que permitiu a identificação de 40 trabalhos. A partir da análise da fundamentação teórica das pesquisas, identificou-se que apenas 17 teses e dissertações estavam fundamentadas na Teoria da Escolha Pública, as quais passaram a compor a amostra da presente pesquisa.

Para execução da análise foram coletadas e tabuladas as informações de autoria, orientação, ano de defesa, instituição de ensino superior, e área de conhecimento.

4 ANÁLISE

A busca por pesquisas internacionais foi operacionalizada por meio do Portal de Periódicos da CAPES, que de acordo com método elaborado restringiram um universo de 23.440 pesquisas potencialmente fundamentadas na Teoria da Escolha Pública (public choice theory), numa amostra de 636 trabalhos, uma média de 127 artigos por ano. Sinteticamente, os principais autores identificados na indexação dos dados foram Paul Larkin e Pierre Lemieux, com 17 trabalhos publicados.

Tabela 1 – Principais autores internacionais

AUTORES	QTD.	INSTITUIÇÃO	PAÍS
Larkin, Paul J.	11	The Heritage Foundation	USA
Lemieux, Pierre	6	Université du Québec	CAN
Brennan, Geoffrey	4	Duke University	USA
Boettke, Peter	4	George Mason University	USA
Galle, Brian	4	Boston College Law School	USA
Crane, Daniel	4	Univeristy of Michigan	USA
Zafirovski, Milan	3	University of North Texas	USA
Agbibo, Daniel Egiegba	3	University of Pennsylvania	USA
Caillier, James Gerard	3	State University of New York,	USA
Deegen, Peter	3	Technische Universität Dresden	GER
Price, Zachary S.	2	University of California	USA
Berggren, Niclas	2	Institute of Industrial Economics	SWE
Hamlin, Alan	2	The University of Manchester	UK
Engstrom, David Freeman	2	Stanford University	USA
Tiemann, Oliver	2	University of Hamburg	GER
Epstein, Lee	2	University of Southern California	USA
Yamamura, Eiji	2	Seinan Gakuin University	JAP
Towse, Ruth	2	Bournemouth University	UK
Total	61		

A forte dispersão da produção identificada entre os autores não corrobora os estudos de Zeff (1996) em revistas norte-americanas, na área de Contabilidade, indicando forte A forte dispersão da produção identificada entre os autores não corrobora os estudos de Zeff (1996) em revistas norte-americanas, na área de Contabilidade, indicando forte endogenia e concentração de autores e instituições acadêmicas.

No entanto quando verifica-se os países onde estão afiliados os principais autores identifica-se 6 países com autores, destes 69% dos autores são filiados a instituições de ensino americanas, seguido por autores alemães com 11% e canadense com 10%.

Desconsiderando-se a lacuna de tempo, os autores com maiores publicações foram Geoffrey Brennan e James Buchanan, cada um com 16 trabalhos publicados.

Os periódicos que deram maior atenção ao estudo do tema “public choice theory” estão listadas a seguir, com destaque a revista Public Choice, identificada com a temática tendo 33 trabalhos publicados com a identificação precisa da teoria. Não obstante, é preciso destacar também a Harvard Journal of Law & Public Policy, com 18 trabalhos publicados.

Tabela 2 – Principais periódicos internacionais

PERIÓDICO	QTD.
Administration & Society	9
Administrative Law Review	6
American Review of Public Administration	6
Constitutional Political Economy	10
Forest Policy and Economics	7
Harvard Journal of Law & Public Policy	18
Harvard Law Review	7
Independent Review	13
Iowa Law Review	7
Michigan Law Review	10
Public Choice	33
Regulation	13
Review of Austrian Economics	11
Stanford Law Review	8
University of Pennsylvania Law Review	8
Urban Affairs Review	5
Utilities Policy	6
Vanderbilt Law Review	11
William and Mary Law Review	12
Yale Law Journal	8
Total	208

Em relação as coleções de periódicos, que indexam os periódicos e disponibilizam, percebe-se que a coleção com a maior parte dos trabalhos disponíveis é a base SCOPUS, vinculada ao grupo Elsevier.

Quadro 3 – Principais coleções de periódicos

COLEÇÃO	QTD.
Scopus – Elsevier	434
OneFile – GALE	428
Social Sciences Citation Index - Web of Science	336
SAGE Journals	100
Sage Publications – CrossRef	95
Springer – CrossRef	94
SpringerLink	88
ScienceDirect Journals – Elsevier	88
Elsevier – CrossRef	86
Science Citation Index Expanded - Web of Science	55
Sociological Abstracts	44
JSTOR Archival Journals	37
Oxford Journals - Oxford University Press	27
Technology Research Database	22
MEDLINE/PubMed – NLM	17
Engineering Research Database	17
Directory of Open Access Journals – DOAJ	16
Arts & Humanities Citation Index - Web of Science	15
Civil Engineering Abstracts	14
Emerald Journals - Emerald Group Publishing	12
Total	2025

O idioma predominante nas publicações é o Inglês, no qual estão disponíveis 98,1% dos trabalhos.

Tabela 4 – Principais idiomas das publicações

IDIOMA	QTD.
Inglês	624
Espanhol	3
Alemão	2
Polonês	2
Russo	1
Português	1
Tcheco	1
Total	634

Do montante de 636 trabalhos da amostra, 12 não apresentavam o idioma indexado, e destes um apenas em Português. Sendo assim, do montante de 636 pesquisa, apenas duas disponíveis em Português, originalmente de periódicos brasileiros (Fonseca et al., 2015; Santos et al., 2013).

Os anos com maior quantidade de publicações foram os anos 2014 e 2015, com 150 publicações de artigos em cada ano. Todavia, é possível que essa redução seja decorrente da não indexação de todos os periódicos de 2016 até o momento da coleta.

Tabela 5 – Ano das publicações

ANO	QTD.
2012	149
2013	138
2014	150
2015	150
2016	94

No âmbito nacional, a produção fundamentada na teoria da escolha pública é ainda incipiente, considerando o quantitativo de pesquisas realizadas.

Entre os trabalhos identificados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES com o termo “teoria da escolha pública” e “escolha pública”, totalizando 40 defesas, apenas 17 teses e dissertações estavam fundamentadas na Teoria da Escolha Pública.

Das 17 pesquisas identificadas com fundamento na Teoria da Escolha Pública, 2 foram teses e 15 dissertações.

Tabela 6 – Pesquisas nacionais

Ano	Título	Autor	T/D
2015	A Teoria da Escolha Pública aplicada às políticas públicas brasileiras de infraestrutura urbana	Castro, Leila Angelica de Oliveira	D
2015	Racionalidade Limitada com Correspondências de Escolha	Figueiredo, Caio Guimarães	D
2014	As dificuldades da auditoria externa na estrutura dos Tribunais de Contas em face de lacuna na Constituição Federal 1988	Faria, Diogenes Correa Vieira de	D
2014	Gestão Pública e Eficiência nos Gastos com Educação: Evidências a partir do Estado do Pará	Mendonça, Rafael Laredo	D
2014	A sociedade de economia mista na organização administrativa do estado contemporâneo: conveniência, gestão e tendências disfuncionais	Schwanka, Cristiane	T
2013	Nível de Implantação das Práticas Obrigatórias e Recomendadas de Governança Eletrônica no âmbito do Poder Executivo dos Estados Brasileiros e Distrito Federal	Braga Neto, Jose Garrido	D
2012	Aprendizado político e motivações governamentais: uma análise empírica dos determinantes da reforma de descentralização educacional paulista	Gemignani, Thomaz Mingatos Fernandes	D
2012	Accountability e desenvolvimento humano pós Lei de Responsabilidade Fiscal: um estudo dos municípios do Estado da Bahia	Oliveira, Nilma Reis de	D
2011	Qualidade do Gasto Público em Educação: Uma Análise para os Municípios da RMN em 2009'	Silva, Veruska Pereira da	D
2010	Governos de gabinete e coalizões cíclicas no ultrapresidencialismo estadual: o experimento no Amazonas.	Leite, Breno Rodrigo de Messias	D
2010	Gestão e Controle de Recursos Públicos ? Um estudo sobre a rejeição de prestação de contas nos governos municipais do Estado da Bahia	Pereira, Jeronimo Rosario Tanan	D
2010	Bases teóricas do orçamento participativo ? Um estudo na Prefeitura da cidade de Belém/PA	Silva, Polyana Batista da	D
2009	Teoria da escolha pública: uma introdução crítica	Bernabel, Rodolpho Talaisys	D
2009	Responsabilidade na gestão fiscal: um estudo em grandes municípios com base nos pilares da lei de responsabilidade fiscal no período de 2010-2013	Cruz, Claudia Ferreira da	T
2009	Configuração Administrativa de Organizações de Governo: contribuição à crítica dos enfoques de escolha racional	Lima, Sideni Pereira	D
2008	Uma Avaliação Econômica da Companhia Estadual de	Souza, Paulo Cesar	D

	Saneamento (SANEMAT): a Concessionária de Água e Esgoto em Mato Grosso no Período de 1967 e 1998	de	
2007	Poder de votação e as regras de tomada de decisão no plenário do Conselho Federal de Economia	Maciel, Felipe Guatimosim	D

Legenda – T: Tese D: Dissertação

As pesquisas identificadas estão concentradas nas áreas de Economia e Contabilidade, respectivamente com 5 e 4 pesquisas realizadas, mas também identificou-se pesquisas nas áreas de Direito, Administração e Ciência Política.

Tabela 7 – Áreas de concentração e instituições de ensino

Área de conhecimento	IES	Autor
Administração	UAM	Mendonça, Rafael Laredo
	UFBA	Lima, Sideni Pereira
	UFC	Braga Neto, Jose Garrido
Ciência Política	UFPA	Leite, Breno Rodrigo de Messias
	USP	Bernabel, Rodolpho Talaisys
Contabilidade	UERJ	Silva, Polyana Batista da
	UFBA	Oliveira, Nilma Reis de
	UFBA	Pereira, Jeronimo Rosario Tanan
	USP	Cruz, Claudia Ferreira da
Direito	CUEA	Faria, Diogenes Correa Vieira de
	PUCPR	Schwanka, Cristiane
	UFF	Castro, Leila Angelica de Oliveira
Economia	UFMS	Souza, Paulo Cesar de
	UFRGS	Maciel, Felipe Guatimosim
	UFRN	Silva, Veruska Pereira da
	UNB	Figueiredo, Caio Guimarães
	USP	Gemignani, Thomaz Mingatos Fernandes

As pesquisas são dispersas em diversas instituições de ensino, exceto pela USP e pela UFBA que concentraram 3 pesquisas cada, destacando a ausência de concentração das pesquisas, uma das características destacadas na bibliometria (Mattos, 2004).

A amostra representada por 17 pesquisas de 17 autores diferentes, com 17 orientações distintas, o que caracteriza a ausência endogenia, uma das características destacadas na bibliometria (Mattos, 2004).

Tabela 8 – Pesquisadores e orientadores

Autor	Orientação
Cruz, Claudia Ferreira da	Afonso, Luis Eduardo
Bernabel, Rodolpho Talaisys	Araújo, Cícero Romão Resende de
Silva, Veruska Pereira da	Clementino, Maria do Livramento Miranda
Pereira, Jeronimo Rosario Tanan	Cordeiro Filho, José Bernardo
Leite, Breno Rodrigo de Messias	Corrêa, Roberto Ribeiro
Mendonça, Rafael Laredo	Farias Filho, Milton Cordeiro
Faria, Diogenes Correa Vieira de	Kifordu, Henry Aniagoa
Gemignani, Thomaz Mingatos Fernandes	Madeira, Ricardo de Abreu
Souza, Paulo Cesar de	Mendes, Carlos Magno
Lima, Sideni Pereira	Mendes, Vera Lúcia Peixoto Santos
Castro, Leila Angelica de Oliveira	Neves, Edson Alvisi
Maciel, Felipe Guatimosim	Porto Junior, Sabino
Schwanka, Cristiane	Ribeiro, Marcia Carla Pereira
Figueiredo, Caio Guimarães	Riella, Gil

Silva, Polyana Batista da	Silva, Lino Martins da
Oliveira, Nilma Reis de	Souza, Antônio Ricardo de
Braga Neto, Jose Garrido	Vasconcelos, Alessandra Carvalho

A ausência de endogenia embora destacada como característica relativamente positiva, essa dispersão de pesquisadores evidencia a ausência de lideranças na pesquisa sobre Teoria da Escolha Pública, ou mesmo denota indícios de falta de continuidade nas pesquisas (Leite Filho, 2008).

Os resultados descritos não evidenciaram similaridade com as pesquisas destacadas por Leite Filho (2008) e Zeff (1996), entre outras, que apresentaram indícios de endogenia em veículos de publicação, concentração de autores e instituições e monopólio de instituições na autoria e produção acadêmica de Contabilidade. Fatores como a diversidade de áreas de concentração que se fundamentam na Teoria da Escolha Pública e pequena quantidade de pesquisas realizadas no Brasil, e da amostra, poderiam explicar a discrepância dos resultados encontrados, mas quanto a isso não temos elementos conclusivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada identificou que a Teoria da Escolha Pública é relevante no âmbito internacional, mas ainda incipiente nas pesquisas brasileiras. No período analisado entre 2012 e 2016 foram 636 artigos, revisados por pares, publicados em periódicos, que resulta numa média de 127 artigos por ano.

Os autores mais produtivos no período foram Paul Larkin e Pierre Lemieux, com 17 trabalhos publicados, além de identifica-se uma forte dispersão da produção entre os autores em revistas norte-americanas. Ainda assim, verifica-se uma maior concentração na nacionalidade das instituições de filiação dos autores, pois 69% dos principais autores são filiados a instituições de ensino americanas, seguido por instituições germânicas com 11%, e canadenses com 10%. Desconsiderando-se a lacuna de tempo, os autores com maior quantidade de publicações foram Geoffrey Brennan e James Buchanan, cada um com 16 trabalhos publicados, alguns deles considerados como obras seminais.

Na análise dos periódicos que mais publicam sobre o tema, destaca-se a revista Public Choice, dedicada ao tema específico, além da Harvard Journal of Law & Public Policy, com 18 trabalhos publicados.

No âmbito nacional, a produção fundamentada na teoria da escolha pública é ainda incipiente, considerando o quantitativo de pesquisas realizadas. Entre os trabalhos identificados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, apenas 17 teses e dissertações estavam fundamentadas na Teoria da Escolha Pública, sendo que 2 foram teses e 15 dissertações.

Na condição de uma teoria da área econômica, naturalmente as pesquisas identificadas estão concentradas nas áreas de Economia e Contabilidade, respectivamente com 5 e 4 pesquisas realizadas, além de outras áreas como Direito, Administração e Ciência Política.

As pesquisas foram realizadas na quantidade de três na USP e na UFBA, e o restante disperso em diversas instituições de ensino, destacando a ausência de concentração, até mesmo em relação aos autores e orientadores, que não se repetiram, caracterizando a ausência endogenia.

Fatores como a diversidade de áreas de concentração que se fundamentam na Teoria da Escolha Pública e a pequena quantidade de pesquisas realizadas no Brasil, e da amostra, poderiam explicar a discrepância dos resultados encontrados.

Inerente ao processo de pesquisa, esta também apresenta limitações, entre as quais o uso da Plataforma de Periódicos da Capes que concentra uma grande quantidade de revistas científicas, mas não todas. No âmbito nacional, ainda mais perigosa a pesquisa, pois, alguns portais permitem a pesquisa de vários periódicos mas também, com algumas ausências.

Nessas limitações consistem parte das possibilidades e sugestões de avanços da presente pesquisa, como a pesquisa em periódicos brasileiros, individualmente, mas com o recorte em

determinados extratos de áreas e conceitos dos periódicos, a depender da intenção do pesquisador. Embora exaustiva, por resultar numa amostra pequena, seria possível buscar o índice de citação de cada artigo fundamentado na teoria da escolha pública para evidenciar o grau de reprodução das publicações.

Referências

Arrow, K. J. (1951). Social Choice And Individual Values.

Black, D., Newing, R. A., McLean, I., McMillan, A., & Monroe, B. L. (1958). *The theory of committees and elections* (pp. 174-176). Cambridge: University Press. Disponível em: <http://link.springer.com/book/10.1007/978-94-009-4225-7>

Block, W. E., & DiLorenzo, T. (2011). Constitutional economics and the calculus of consent.

Borges, A. (2001). Democracia vs. Eficiência: a teoria da escolha pública. *Lua Nova*, (53), 159-179.

Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1962). *The calculus of consent* (Vol. 3). Ann Arbor: University of Michigan Press. Disponível em: http://www.civiljusticenj.org/wp-content/uploads/2014/05/Buchanan_TheCalculusOfConsent_Ch19.pdf

Buchanan, J. M. (1974). Good Economics. Bad Law. *Virginia Law Review*, 483-492. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1072438?seq=1#page_scan_tab_contents

Buchanan, J. M. (1975). *The limits of liberty: Between anarchy and Leviathan* (No. 714). University of Chicago Press.

Buchanan, J. M. (1984). Politics without romance: A sketch of positive public choice theory and its normative implications. *The theory of public choice II*, 11-22.

Buchanan, J. M. (1991). *The economics and the ethics of constitutional order*. University of Michigan Press.

Buchanan, J. M. (1999a). *The logical foundations of constitutional liberty* (Vol. 1, pp. 281-291). Indianapolis: Liberty Fund. Disponível em: <https://asp.mercatus.org/system/files/Buchanan-%20Politics%20without%20Romance.pdf>

Buchanan, J. M. (1999b). Collected Works of James M. Buchanan, vol. 1. *Public Finance in Democratic Process: Fiscal Institutions and Individual Choice*. Disponível em <https://asp.mercatus.org/system/files/Buchanan-%20Politics%20without%20Romance.pdf>

Buchanan, J. M. (2000). *Politics as public choice*. Liberty Fund.

Buchanan, J. M. (2003a). Public choice: politics without romance.[Article reprinted from Imprimus, Mar 2003.]. *Policy: A Journal of Public Policy and Ideas*, 19(3), 13. Disponível em: <http://search.informit.com.au/documentSummary:dn=200311210:res=IELAPA>

Buchanan, J. M. (2003b). Public choice: The origins and development of a research program. *Champions of Freedom*, 31, 13-32. Disponível em: <https://publicchoicesociety.org/content/general/PublicChoiceBooklet.pdf>

Buchanan, J. M. (2004). Cost and choice. In *The Encyclopedia of public choice* (pp. 454-456). Springer US.

Butler, E. (2012) Public Choice – A Primer. London: The Institute of Economic Affairs. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2028989

Cruz, C. F. (2010). *Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros*. 2010. 140 f (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).

da Costa, G. P. C. L., Freire, F. S., Gartner, I. R., & Clemente, A. (2013). As escolhas públicas orçamentárias federais no PPA 2008-2011: uma análise da perspectiva do modelo principal-agente. *Revista de Administração Pública*, 47(5), 1089-1116. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/12044>

Dias, M. A. (2013). James Buchanan e a “política” na escolha pública. *Revista Estratégica*, 10(1). Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/14047/10349>

dos Santos, A. S., Gonzales, E. O., Godoy, A. M. G., & Almeida, G. M. (2014). Reforma Tributária no Brasil: uma abordagem a partir da Teoria da Escolha Pública. *Economia & Regiões*, 1(2), 100-117. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/16207>

Downs, A., & Rand Corporation. (1967). *Inside bureaucracy* (p. 264). Boston: Little, Brown.

Fonseca, J. A., Pereira, L. Z., & Gonçalves, C. A. (2015). Retórica na construção de realidades na segurança pública: abordagens dos sistemas de Minas Gerais e São Paulo. *Revista de Administração Pública*, 49(2), 395-422. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122015000200395&script=sci_abstract&tling=es

Frederickson, H. G., Smith, K. B., Larimer, C. W., & Licari, M. (2015). *The public administration theory primer*. Westview Press.

Gil, A. C. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 5.

Leite Filho, G. A. (2008). Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(2), 533-554.

Macias-Chapula, Cesar A. (1998). O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, 27(2), nd. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000200005>

Mattos, P. L. (2004). “Bibliometria”: a metodologia acadêmica convencional em questão. *RAE-eletrônica*, 3(2), 1-6.

Montarroyos, H. E. (2010). A economia política constitucional do prêmio Nobel James Buchanan. *Revista Economia Ensaios*, 23(2).

Olson, M. (1965). *The logic of collective action* Cambridge. Mass.: Harvard, 1971.

Pereira, P. T. (1997). A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal?. *Análise Social*, 419-442. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841484T5sAW2pw7Dh10FX8.pdf>

Santiago, A. L. N., Borges, F. Q., & Borges, F. Q. (2015). Teoria da Escolha Pública (PUBLIC CHOICE): Uma análise no ambiente do setor de energia elétrica no Brasil. *Gestão Pública: Práticas e Desafios-ISSN: 2177-1243*, 5(1). Disponível em: <http://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1710>

Shaw, J. S. (2002). Public choice theory. *The concise encyclopedia of economics*. Disponível em: http://www.academia.edu/download/6004696/public_choice_theory_by_jane_s._shaw_the_concise_encyclopedia_of_economics_library_of_economics_and_liberty.pdf

Walliman, N. (2001). Research and the research problem. *Your research project: A step by step guide for the first time researcher*.

Tullock, G. (1959a). Problems of majority voting. *Journal of political economy*, 67(6), 571-579. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/258244?journalCode=jpe>

Tullock, G. (1959b). Publication decisions and tests of significance—a comment. *Journal of the American Statistical Association*, 54(287), 593-593.

Tullock, G., Brady, G. L., & Seldon, A. (2002). *Government failure: a primer in public choice*. Cato Institute. Disponível em: <http://wordlist.narod.ru/Government-Failure.pdf>

Wicksell, K. (1896). *Finanztheoretische untersuchungen: Nebst Darstellung und kritik des steuerwesens schwedens*. G. Fischer.

Zeff, S. A. (1996). A study of academic research journals in accounting. *Accounting Horizons*, 10(3), 158-177.